

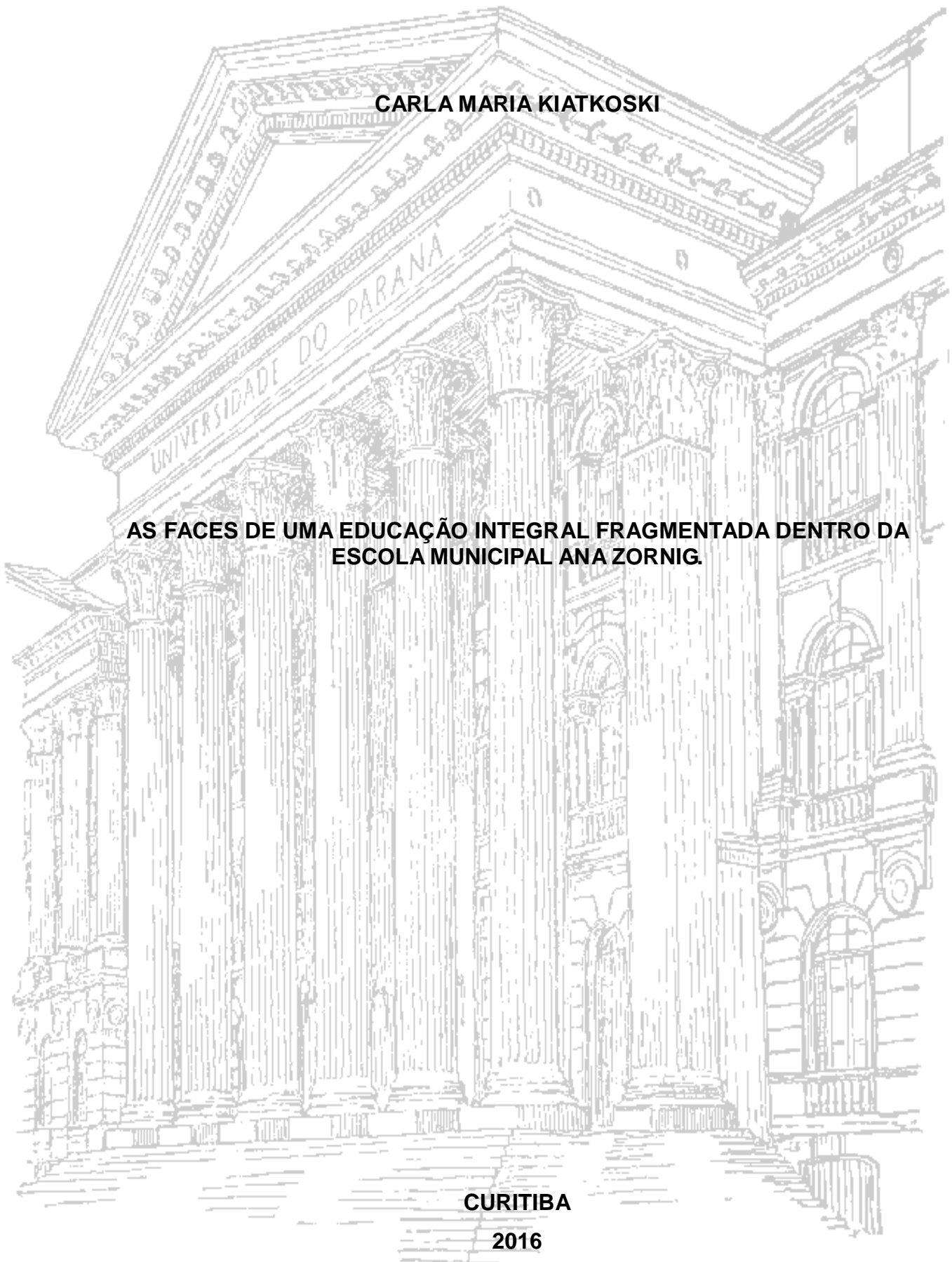
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CARLA MARIA KIATKOSKI

**AS FACES DE UMA EDUCAÇÃO INTEGRAL FRAGMENTADA DENTRO DA
ESCOLA MUNICIPAL ANA ZORNIG.**

CURITIBA

2016



CARLA MARIA KIATKOSKI

**AS FACES DE UMA EDUCAÇÃO INTEGRAL FRAGMENTADA DENTRO DA
ESCOLA MUNICIPAL ANA ZORNIG.**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a Msc.(a) Marli Patrícia Mikrut

CURITIBA

2016

AS FACES DE UMA EDUCAÇÃO INTEGRAL FRAGMENTADA DENTRO DA ESCOLA MUNICIPAL ANA ZORNIG.

CARLA MARIA KIATKOSKI

RESUMO

O tema abordado tem como objetivo sugerir um trabalho integrado e Intersetorial entre as Políticas Públicas de educação, assistência social e saúde, dentro da proposta de Educação em Tempo Integral na Escola Municipal Ana Zornig, visando à formação acadêmica e o desenvolvimento global do indivíduo dentro do contexto onde o mesmo está inserido. Através das mudanças significativas em que nossa sociedade está passando, tem-se um aumento de conflitos que afetam não só as relações no âmbito familiar, como também, institucional, social e privado. Mesmo com tantas propostas a qualidade do ensino público ainda é deficitária. Diante de todas as tentativas, experiências em busca de uma educação de qualidade é que se implantou a Educação em Tempo Integral a qual deve ser analisada não apenas se tratando como uma carga horária integral, mas como uma educação que visa o atendimento do indivíduo como um todo. Os estudos apontam que para a Educação em Tempo Integral na Escola Municipal Ana Zornig o trabalho com a Rede de Proteção deve estar integrado, visando não apenas o acesso à escola, mas a permanência, o sucesso para a conclusão. Para que esta Educação Integral se estruture e fortaleça é de suma importância que haja um engajamento de todos que fazem parte deste processo, assim como, toda a Rede de Proteção, construindo um plano de ação que possibilite o desenvolvimento integral do sujeito através de uma educação individual e coletiva. Utilizou-se da pesquisa bibliográfica com autores renomados no assunto como Anysio Teixeira, Arroyo, Abranches, entre outros e legislações, também se realizou a análise de documentos e observações na Escola Municipal Ana Zornig.

Palavras-chave: Intersetorial, Integral, territorialização, políticas públicas, educação.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda e contextualiza a história das políticas públicas, em face aos direitos da criança e do adolescente e sua trajetória dentro do processo escolar no país.

Faremos um resgate histórico, sobre o cenário em que a Educação, e as políticas públicas passaram, começando pela premissa de que todas são um direito a todo cidadão. Não nos esquecendo de que o processo educacional é um direito de todas as crianças e adolescentes e que muito é violado seja ele por: negligência dos pais, evasão, má administração, entre outros. O trabalho foi embasado em uma pesquisa bibliográfica, apresentada em capítulos, esmiuçando o tema proposto, construindo fase por fase da história das políticas públicas brasileira.

Após a promulgação da Constituição Federal 1988 e em seu capítulo II Dos Direitos Sociais Art. 6º que são direitos sociais à educação, à saúde, à alimentação, o trabalho, à moradia, o lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição e na ECA nº 26/2000 e ECA nº 64/2010 possibilita neste trabalho exposto entender qual o funcionamento destes direitos passo a passo e qual a importância para melhor atender essa demanda em construção com seus direitos.

O objetivo é trazer a contextualização das Políticas Públicas da Educação, Assistência Social e Saúde, bem como o processo educacional, ou seja, apresentar aos demais que este espaço escolar como consolidação dos direitos nesta esfera, e assim conhecer a demanda que se utiliza deste serviço buscando desenvolver e desempenhar um bom trabalho com estes usuários.

O trabalho desenvolvido por uma equipe coesa e de forma articulada com as demais redes de serviços em face aos direitos das crianças adolescentes e família, é fundamental uma rede que articule e fale a mesma língua em suas ações, garanta uma eficácia maior em resultados conjuntos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA INOVADORA

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB explicita em seu artigo 29:

A educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

O avanço na legislação foi uma conquista para a educação, pois, com estas reconhecemos a criança como um sujeito social de direitos e concretizando a infância enquanto uma categoria social e histórica.

Conforme a Constituição Federal de 1988 o Ensino Fundamental é uma fase do ensino Fundamental que constitui uma das etapas obrigatórias da escolarização, sendo o acesso a este nível um direito que pode ser exigido do Estado pelo titular do direito.

De acordo com a Lei nº 11.274/06 que dispõe o Ensino Fundamental para 09 anos, sendo que, de acordo com a lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional as séries iniciais e educação infantil são de responsabilidade do governo municipal e do 6º ao 9º ano, bem como o Ensino Médio é de competência do Governo Estadual.

Em relação ao Ensino Médio com base na Constituição Federal/88 é a etapa final da Educação básica, considerada essencial para o exercício da cidadania, além de consistir como base para o acesso as atividades produtivas e para o prosseguimento a níveis mais elaborados de educação.

De acordo com a Constituição Federal em seu artigo 205, estabelece que “a educação é um direito de todos, dever do estado e da família”. Assim como a LDB em seu artigo 22 que dispõe que educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, sendo que, a Educação Especial, é uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino.

O Estado do Paraná, em sua Deliberação 02/03, artigo 3º, diz que o atendimento educacional especializado será feito em classes e escolas especiais ou por serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas do aluno, não for possível sua educação no ensino regular.

Neste contexto cabe à sociedade brasileira eliminar todas as barreiras, atitudinais e institucionais, pois, a partir de princípios legais, todos têm direito a educação e este acesso à educação deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente das condições de sexo, etnia, idade ou classe social, oportunizando garantir o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes, que apresentem necessidades educacionais especiais, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

Outra modalidade abordada pela educação que data de 1940 são as primeiras iniciativas do governo brasileiro com relação à Educação de Jovens e Adultos, sendo que, na década de 1960, surgiu uma nova visão do problema do analfabetismo, que culminou em uma pedagogia de alfabetização para adultos, referenciado por Paulo Freire (1993).

A erradicação do analfabetismo conforme preconiza a Constituição Federal/88 é um desafio que demanda a integração de ações do poder público e a mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e sociedade.

Dentro da abrangência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 39 da Lei nº 9394/96 destaca-se a Educação profissional, a qual é caracterizada como uma modalidade específica do ensino, a qual conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, deixando claro o propósito de promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho.

Com todos estes avanços na educação desde a Educação Infantil até a profissionalização busca-se ter como fundamentação os princípios da dignidade humana, a busca pela identidade e o exercício da cidadania com enfoque nas potencialidades do aluno.

A educação no Brasil sob uma estrutura capitalista impede um processo educacional inovador, sendo condicionalmente oportunizando mecanismos de controle sócio políticos.

Conhecer o contexto socioeducacional em que está inserida a criança brasileira neste, em especial os alunos da Escola Municipal Ana Zornig e seus aspectos nas políticas públicas na conjuntura atual.

A escola hoje esta inserida em um contexto de exclusão, reproduzindo de forma mecânica os conteúdos, sem posicionamento aos acontecimentos históricos, assumindo um agir transformador, porém fictício, sem inovação e sim alienação.

Segundo Teixeira

A escola deve fornecer a cada indivíduo os meios para participar, plenamente, de acordo com as suas capacidades naturais, na vida social e econômica da civilização moderna, aparelhando-o, simultaneamente, para compreender e orientar-se dentro do ambiente em perpétua mudança que caracteriza esta civilização (Teixeira, 1997, p. 86)

A situação do ensino no Brasil é hoje um contexto de desigualdades, onde muitas de nossas crianças estão inseridas em programas sociais de transferência de renda, sendo valorizada a freqüência em função do valor a receber e não pela oportunidade de apropriação do conhecimento, do saber.

A escola vem passando por grandes transformações, porém, com idéias e ideais de uma práxis conservadora em um ambiente onde se observa que hoje o cidadão não pode ser visto como uma parte e sim um todo, é um cidadão que necessita ser trabalhado no que diz respeito apropriação do saber, mas não independente da estrutura familiar, não independente da renda, não independente estado clínico, enfim, vários são os fatores que interferem no contexto social em que ao aluno está inserido.

Paulo Freire (1993) coloca o ser humano como o centro do processo educativo, exaltando sua capacidade de educar-se como sujeito histórico. Diante desta colocação se faz necessário transpor os muros da escola, o quadro de giz e entender uma sociedade conflitante e em transformação é que faz repensar o contexto da Escola Municipal Ana Zornig e diante de toda conjuntura atual pela qual passa nosso país entender o motivo pela qual nossas políticas públicas são geridas de forma tão complexa, tão separatista, tão desigual para um mesmo sujeito.

2.2 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB/1996, a Educação Integral é o aumento progressivo da jornada escolar na direção do regime de tempo integral, valorizando as iniciativas educacionais e extra-escolares e a vinculação entre o trabalho escolar e a vida em sociedade.

Conforme o MEC¹ Educação Integral constitui ação estratégica para garantir proteção e desenvolvimento integral às crianças e aos adolescentes que vivem na contemporaneidade marcada por intensas transformações: no acesso e na produção de conhecimentos, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas formas de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local,

¹ MEC (Ministério da Educação)

regional e internacional. (2009, p.18)

Segundo como proposto Decreto nº 7083, de 27 de janeiro de 2010, o Programa Mais Educação tem por finalidade contribuir na melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes na escola pública básica, em tempo integral nos equipamentos públicos ou com parcerias com órgãos e instituições locais.

Com jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo integral onde o aluno permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais. Com acompanhamento pedagógico em atividades de experimentação científica, cultura, artes e lazer, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, prática de prevenção aos agravos a saúde, alimentação saudável, entre outras atividades.

Onde os principais princípios a serem seguidos na educação integral são: A articulação das disciplinas curriculares nos diferentes campos do conhecimento e com práticas sócio culturais, explorando os territórios educacionais para o desenvolvimento das atividades em equipamentos públicos, como bibliotecas públicas, praças parques museus, cinemas etc.; Integração entre as políticas educacionais e sociais; Valorização das experiências históricas das escolas; Incentivo a criação de espaços educacionais sustentáveis; Afirmação da cultura dos direitos humanos étnico – racial, religiosa, cultural, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, opção política e da nacionalidade; Articulação entre sistemas de ensino.

Com objetivos de formular a política nacional de educação básica em tempo integral; promover o diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes locais; favorecer a convivência entre professores alunos e comunidade; disseminar as experiências das escolas que desenvolvem atividade em educação integral; convergir às políticas e programas de saúde, cultura, esporte direitos humanos e educação ambiental e científica.

O Programa Mais Educação terá suas finalidades desenvolvidos em regime de colaboração entre a União, os Estados e Municípios, onde o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação prestará assistência financeira para a implantação e ampliação do tempo escolar nas escolas públicas da educação básica.

Aliado, à Constituição Federal, a LDB o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em Capítulo V, art.53, complementa a proposição de obrigatoriedade do acesso e permanência na escola, reconhecendo que o desenvolvimento integral da criança e do adolescente requer uma forma específica de proteção, e por isso propõe um

sistema articulado e integrado a esse público, do qual a escola faz parte.

Para Miguel Arroyo (2006) é fundamental que as propostas pedagógicas incorporem os indivíduos em suas totalidades. Precisamos entender as crianças que chegam às escolas em diversos contextos, o da família negra, o da favela, como filhos de mulheres trabalhadoras, quais os saberes e lutas eles trazem consigo para a educação.

A Educação Integral deve ser vista como uma formação do ser humano, observando-se como um todo em seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, corporal, social o ser humano em todas as suas dimensões biopsicossocial, culturais, visando desta forma uma educação que responda a uma multiplicidade de exigências do próprio indivíduo e do contexto em que ele está inserido.

A ideia de uma Educação Integral do indivíduo como um ser multidimensional exige uma composição de estratégias e alternativas políticas e pedagógicas para repensarmos o modo de funcionamento das instituições educacionais, com o objetivo de colocar a favor da lógica da inclusão e da formação integral das crianças e adolescentes.

O desenvolvimento integral das crianças, adolescentes e jovens não pode ser enfrentado sem um trabalho articulado de atores sociais e institucionais, ou seja, entre as pessoas, instituições e políticas que constituem a vida dos estados, municípios e comunidade. E é o diálogo entre esses diversos setores que permite construir um conjunto de ações integradas, capazes de responder com maior eficiência aos desafios propostos pela Educação Integral (Carlos Rodrigues Brandão, TV Escola – MEC).

A Educação Integral, precisa ser entendida não só como equalização de oportunidades da vida e melhoria de aprendizagem, mas também como uma solução para problemas de saúde, segurança, renda, lazer, esporte, cultura e emprego, desta forma proporcionando não só a criança e ao adolescente, mas também as famílias melhorem as condições e qualidade de vida, construindo soluções políticas e pedagógicas criativas e conseqüentes para o combate às desigualdades sociais e para a promoção da inclusão indivíduo.

Nesse contexto, propõe-se um desenho de Educação em Tempo Integral que intensifique os processos de territorialização das políticas sociais, articuladas a partir dos espaços escolares, por meio do diálogo intra-governamental e com as comunidades locais, para a construção de uma prática pedagógica que afirme a educação como direito de todos e de cada um.

Essa construção, no Brasil, é contemporânea aos esforços do Estado para

ofertar políticas redistributivas de combate à pobreza. Nessa perspectiva, faz-se necessário um quadro conceitual mais amplo para a pactuação de uma agenda pela qualidade da educação considere o valor das diferenças, segundo o pertencimento étnico, a consciência de gênero, a orientação sexual, as idades e as origens geográficas.

Vale destacar a influência dos processos de globalização, as mudanças no mundo do trabalho, a transformação técnico-científica e as mudanças socioambientais globais, dentre outras, que impõem novos desafios às políticas públicas, em geral e, em particular, às políticas educacionais, principalmente em países emergentes como o Brasil.

É importante assumir que a situação de vulnerabilidade e risco social, embora não seja determinante, pode contribuir para o baixo rendimento escolar, para a defasagem idade/série e, em última instância, para a reprovação e a evasão escolares. Há estudos que permite identificar forte correlação entre situação de pobreza, distorção idade/série e dificuldades para a permanência na escola, violência e risco social, o que acaba contribuindo para a perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza (HENRIQUES, 2001).

Pode-se dizer que as desigualdades também têm suas bases nas possibilidades de acesso e na qualidade da permanência das crianças e dos adolescentes nos sistemas públicos de ensino. No país, a crescente expansão da oferta de vagas na escola pública não foi acompanhada das condições necessárias para garantir a qualidade da educação.

Coexistem, até hoje, problemas como degradação do espaço físico, aumento de turnos e de número de alunos por turma, descontinuidade das políticas públicas e a disseminação de múltiplas tendências pedagógicas sem a preocupação com sua sustentabilidade teórico-metodológica vinculada à formação inicial e continuada de professores. Destaca-se, desse modo, a necessidade de horas destinadas à formação, integradas ao turno de trabalho dos profissionais da educação.

O direito à educação de qualidade é um elemento fundamental para a ampliação e para a garantia dos demais direitos humanos e sociais, e condição para a própria democracia, e a escola pública universal materializam esse direito. Considerando-se a complexidade e a urgência das demandas sociais que dialogam com os processos escolares, o desafio que está posto, na perspectiva da Educação em Tempo Integral, é o da articulação dos processos escolares com outras políticas sociais, outros profissionais e equipamentos públicos, na perspectiva de garantir o sucesso escolar.

Anísio Teixeira, um dos mentores intelectuais do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, pensando na implantação de um Sistema Público de Ensino para o país, propunha uma educação em que a escola “ofertasse às crianças um” programa completo de leitura, aritmética e escrita, ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física, saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que viviam.

Em suma, a realização da Educação Integral convoca as diversas políticas setoriais a atuarem em conjunto para promover o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes.

Nessa perspectiva, o trabalho em rede se torna chave em todas as ações centrais de um programa ou política de Educação em Tempo Integral – do planejamento, à execução, monitoramento e avaliação. Para tanto, faz-se necessário que o modelo de gestão seja definido com planos de ações estruturados, responsabilidades e papéis dos envolvidos e instrumentos de monitoramento e avaliação da própria estrutura de rede.

Da mesma forma, prevê-se a articulação das dimensões financeiras e de recursos, integrando ações, equipes e projetos para um fim comum.

2.3 POLÍTICA PÚBLICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Diante do quadro onde devemos pensar em um trabalho mais efetivo em rede, a intersetorialidade deve estar presente em todas as ações com um único objetivo, sendo a escola nosso instrumental, cabe nos basearmos neste ambiente com diferentes personagens compreender e fomentar ações dentro das três Políticas Públicas básicas ao ser humano educação, assistência social e saúde.

Neste contexto a Política Pública de Assistência Social tem por função a proteção social, a vigilância sócio assistencial e a defesa dos direitos dos cidadãos de forma não contributiva, descentralizada e participativa, denominado Sistema Único da Assistência Social – SUAS.

A Assistência Social ocupa-se de promover ações que visem proteção à vida, reduzir danos, prevenir a incidência de riscos sociais, contribuir para o atendimento das necessidades e a progressiva emancipação da população, além de desenvolver programas, projetos e ações de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários voltados para diferentes públicos como a criança, o adolescente, vítimas

de violência e maus-tratos, idosos, pessoas com deficiência e famílias.

Dentro das ações de assistência social elencados no SUAS (Sistema Único da Assistência Social) encontra-se o CRAS - Centro de Referência da Assistência Social, que oferece serviços de proteção social básica, situado em áreas de vulnerabilidade e risco social, desenvolvendo o trabalho voltado ao fortalecimento das funções protetivas da família, prevenindo a ruptura dos vínculos familiares, promovendo ações e usufruto dos direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

Outro serviço prestado pela Política de Assistência Social é desenvolvido pelo CREAS- Centro de Referência Especializado da Assistência Social o qual atende famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social decorrentes de negligência, abandono, ameaças e maus tratos, violação física e psiquiátrica, discriminação social e a infringência aos direitos humanos.

Também dentro da Política da Assistência Social são desenvolvidos os programas de transferência de renda estabelecidos no cadastro único o qual é um instrumento de identificação e caracterização sócias econômico das famílias de baixa renda, sendo neste programa a escola uma grande ferramenta de inclusão social.

2.4 POLÍTICA PÚBLICA DA SAÚDE

Nesta articulação da rede a saúde é outra política pública que no Brasil teve suas primeiras ações regulamentadas em 25 de julho de 1953, com a Lei 1.920, a qual aborda especificamente as atividades importantes à saúde pública.

Na década de 60 a desigualdade social é marcada pela baixa renda desencadeando um planejamento na saúde, sendo readequadas as propostas de serviços de saúde pública. Outro ponto importante ocorreu em 1963 com a realização da III Conferência Nacional de Saúde enfocando a municipalização da saúde e em 1964 incorporou-se ao Ministério da Saúde a Assistência Médica da Previdência Social.

Em 25 de fevereiro de 1967 estabeleceu-se o Ministério da Saúde responsável pela formulação e coordenação da Política Pública Nacional de Saúde e como marco maior a Constituição Federal de 1988 determinou ser dever do Estado, garantir saúde a toda população e para tanto se criou o Sistema Único de Saúde e em 1990 o Congresso Nacional aprovou a Lei Orgânica da Saúde.

O Sistema Único de Saúde – SUS, criado pela Constituição Federal, sofreu várias mudanças, visando o fortalecimento garantindo sua efetivação. O Decreto nº 5.839, de julho de 2006, a Lei Orgânica da Saúde, Lei nº 8.080/90 em seu artigo 2º diz “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”.

Em seu artigo 3º da Constituição Federal

A saúde tem como fatores determinantes entre outros a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte o lazer o acesso a bens e serviços essenciais aos níveis de saúde da população, garantindo a pessoa e a coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.

Dentro dos objetivos do Sistema Único de Saúde em seu artigo 5º no capítulo III a assistência à pessoa por intermédios de ações, de promoção, de proteção recíproca, com realização integrada de ações assistências, educacionais de cunho preventivo.

Com o intuito de realizar uma maior articulação e integração permanente entre saúde e educação criou-se o Programa Saúde na Escola através de ações de promoção à saúde que visam o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento da criança e do jovem.

O Programa Saúde na Escola deve estar inserido no Projeto Político Pedagógico das escolas e referenciado as unidades básicas de saúde, observando-se o contexto escolar e social com vistas à Educação em Tempo Integral.

Para o alcance dos objetivos e sucesso do programa é importante compreender que a Educação Integral é um conceito que compreende a proteção, à atenção e o pleno desenvolvimento da comunidade escolar. Na esfera da saúde as práticas das equipes incluem preservação, promoção, recuperação e manutenção da saúde dos indivíduos e coletivo humanos oportunizando desta forma, a articulação da rede com o intuito ao exercício pleno da cidadania.

Nesse contexto, a rede estimula a intersetorialidade como uma forma de organização horizontal e democrática no território, tanto na perspectiva gerencial, quanto na técnica e nas etapas de concepção e planejamento das ações. A perspectiva da intersetorialidade convoca os gestores e educadores a fazerem uma gestão destas relações nos territórios, referendando que o que dá vida as redes intersetoriais são as dinâmicas que surgem das próprias relações institucionais e interpessoais, a qualidade dessas conexões, a integração de diversos grupos e setores sociais.

Por fim, a intersetorialidade na Educação em Tempo Integral articula pessoas, organizações e instituições com o objetivo de compartilhar causas, projetos de modo

igualitário, democrático e solidário. Ela instaura uma forma de organização baseada na colaboração e na divisão de responsabilidades e competências, uma nova articulação política que prevê uma aliança estratégica entre os atores sociais (pessoas) e forças (instituições).

2.5 DESCRIÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL ANA ZORNIG DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Na década de 60 a tão conhecida Casa do Menor Ana Zornig recebia apoio do Instituto Riomafrense do Bem Estar do Menor – IRBEM, criado com o intuito de atender crianças e adolescente em situação de vulnerabilidade social, voltado para a qualificação profissional, na época sem cunho escolar, pois em períodos contrários as crianças e jovens ali atendidos eram transportadas para escolas municipais e estaduais.

No ano de 1980 foi criada a Escola Municipal Ana Zornig para atender alunos em período integral, a escola atualmente organiza-se em ciclos de formação desde a creche de 04 meses a 03 anos, período integral de forma gradativa do pré ao 3º ano e o ensino regular do 4º ao 5º ano, sendo mantida pela Prefeitura Municipal de Rio Negro.

O espaço com o passar dos anos tornou-se pequeno e inadequado, sendo viabilizado via Governo Federal a construção de uma nova escola no mesmo espaço, com 12 salas de aula, refeitório, cozinhas, biblioteca, sala de informática e quadra esportiva coberta, espaço este que virá a oferecer aos alunos matriculados mais qualidade de ensino.

A partir dos dados coletados em visita realizada na Escola Municipal de Educação Integral Ana Zornig, situada a Rua Maximiano Pfeffer, nº 1960, Bairro Estação Nova, Rio Negro – Paraná observou-se que os alunos que frequentam a escola em sua maioria são beneficiários do Programa de Transferência de Renda ‘Bolsa Família’, utilizam o transporte escolar oferecido pelo município, são procedentes de vários bairros como: Estação Nova, Seminário, Centro, Vila Paraná, Vila Paraíso, Volta Grande, Cruz vermelha, Vila Zelinda, Bairro Alto e Bom Jesus estes dentro da área urbana do município e oriundos da área rural temos as seguintes localidades Sitio dos Hirt, Campina dos Andrades, Fazendinha, e Tijuco Preto, tendo seu funcionamento em período integral do pré ao 3º ano e ensino regular do 4º e 5º ano, sendo implantado nestes o integral gradativo.

Os alunos que ainda estão no ensino regular, no período contrário participam de oficinas pedagógicas, possuindo ainda neste estabelecimento o atendimento infantil de 04 meses a 03 anos.

A maioria dos pais são trabalhadores da indústria, de ambos os sexos, atendendo atualmente 400 alunos, destes, 245 são beneficiários do Programa de Transferência de renda “Bolsa Família”. Não possui religião predominante, dividem-se entre católica e evangélica, a escola trabalha bem a questão da diversidade cultural e religiosa. Nos intervalos crianças brincam livremente de diversas atividades livres ou direcionadas sendo monitorados pelos professores.

A escola oferece atividades no contra turno escolar com atividades de dança, karatê e bandas conduzidas por monitores. Os espaços próximos à escola que as crianças utilizam são o estádio municipal, a quadra da escola e as ruas no entorno. Os professores e funcionários não moram na proximidade da escola e a interação entre a equipe da escola ocorre nos intervalos, reuniões e atividades coletivas entre professores e pais.

Na Escola Municipal Ana Zornig a Educação em Tempo Integral a maioria das crianças vem de famílias carentes, desestruturadas, sendo a escola o único referencial positivo, espaço onde as mesmas têm o acesso à educação, mas busca-se também o acesso à saúde, cultura, esporte, alimentação e algumas um local para poder ter um sono com qualidade.

Vemos que a escola vem a tempos mudando seu papel em função das grandes transformações na sociedade, das mudanças do papel da família a mesma vem assumindo muitos papéis na busca de proporcionar às crianças e adolescentes a garantia de seus direitos.

Enquanto as políticas públicas forem desenvolvidas, pensadas de forma fragmentada não teremos uma escola em tempo integral que forme cidadão de fato e de direito e sim uma escola pobre para pobre.

Faz-se necessário ver o indivíduo em sua totalidade, realizando um trabalho Intersetorial, buscando a articulação entre as Políticas Públicas na Escola Municipal Ana Zornig, para identificar e solucionar as situações de vulnerabilidade dos alunos beneficiários do Programa de Transferência de Renda ‘Bolsa Família’, garantindo a estes políticas públicas de fato e de direito ao cidadão.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desse trabalho utilizou-se da metodologia da pesquisa bibliográfica e análise documental, acerca do tema Educação em Tempo Integral.

Segundo Gil (1991), a pesquisa bibliográfica é o conjunto das produções escritas para esclarecer as fontes, ou seja, é toda a literatura originária de determinada fonte ou a respeito de determinado assunto.

Para aprofundamento dos conhecimentos a cerca do tema abordado se utilizou de autores renomados no assunto como Anísio Teixeira, Arroyo e de legislações que asseguram os direitos da criança.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho proposto na Escola Municipal de Educação Integral Ana Zornig de Educação em Tempo Integral busca uma articulação entre as políticas públicas, visto que a educação não pode ser vista, nem trabalhada isoladamente, é necessário um trabalho articulado entre os agentes envolvidos, construindo desta forma ações integradas, capazes de atingir com mais eficiência não somente os alunos, mas suas famílias e a comunidade.

Com a proposta da Educação em Tempo Integral na escola tendo seu funcionamento em período integral do pré ao 3º ano e ensino regular do 4º e 5º ano, sendo implantado nestes outros o integral gradativo espera-se diminuir a exposição dos mesmos a situações de risco e vulnerabilidade social, através do trabalho integrado da rede de proteção, principalmente as três políticas básicas, educação, saúde e assistência social viabilizando ações voltadas ao indivíduo como um todo no que diz respeito à escola, a família e a comunidade.

Dessa forma a articulação com a Rede de Proteção, às crianças em situação de risco e vulnerabilidade social matriculadas na Escola Municipal Ana Zornig Educação em Tempo Integral são ações que devem estar articuladas com ações dentro da comunidade escolar visando reverter à situação de vulnerabilidade social das famílias cadastradas no Programa Bolsa família – PBF, assim promover ações articuladas com as políticas públicas de educação, saúde e assistência social objetivando o cumprimento dos direitos que cabe a todo cidadão.

Os resultados alcançados não foram os esperados, pois não há um trabalho integrado entre as políticas públicas que deveria exercer o papel protetivo das

crianças hora atendidas no referido estabelecimento necessitando para o próximo ano uma articulação da rede para que este trabalho possa de fato atender a criança como um todo.

Concluimos que a escola vem há tempos, se adaptando e mudando seu papel em função das grandes transformações na sociedade e na família. A mesma vem assumindo muitos papéis para proporcionar às crianças e adolescentes a garantia de seus direitos.

Enquanto as políticas públicas forem desenvolvidas, pensadas de forma fragmentada não teremos uma Escola em Tempo Integral que forme cidadão de fato e de direito e sim uma escola pobre para pobre.

Faz-se necessário ver o indivíduo em sua totalidade, realizando um trabalho Intersetorial, buscando a articulação entre as Políticas Públicas inclusive na Escola Municipal Ana Zornig, para identificar e solucionar as situações de vulnerabilidade dos alunos e com prioridade aos beneficiários do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, garantindo a estas políticas públicas de fato e de direito a todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. H. (et al). **Política Social e Combate à Pobreza**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

ARROYO, M. G. **Os educandos, seus direitos e o currículo**. In: **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Indagações sobre currículo. Versão preliminar. Brasília, 2006.

BRASIL. **Programa Mais Educação, Educação Integral: Texto referência para o debate nacional** - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 2001.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Lei nº 8742/1993. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria

Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Lei N°11.274, de 06 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos art. 29, 30, 32 e 87da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 07 fevereiro 2006.

BRASIL. Lei Orgânica da Saúde, Lei nº 8.080/90.

Centro Educacional Carneiro Ribeiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 31, n. 73, p. 78-84, jan./mar. 1959.

FERREIRA, S. da S. na publicação Educação Integral e Intersetorialidade. Salto para o Futuro/ TV Escola.

FREIRE, P. Política e educação: ensaios. Cortez Editora; 1993.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
JÚNIOR, Paulo José da. Direito penal: curso completo. 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 1999.

HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Rio de Janeiro/Brasília: IPEA, 2001.

Nova, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 86-95, nov./dez. 1930b,1968 Carlos Rodrigues Brandão, (TV Escola – MEC.).

TEIXEIRA, A. **Educação para a democracia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997. (Original publicado em 1936)